

Discursos comemorativos do 25 de Abril pelo Presidente Mário Soares: o encontro entre Portugal e a sua história*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.3>

Rui Ramos**

* Uma primeira versão do presente estudo foi originariamente publicado em Ramos, 2019. O texto aqui apresentado constitui uma republicação desse original, com expansão e alterações pontuais. Agradeço à editora Laiovento a pronta anuência à sua integração neste volume.

** CIEC – CEHUM – Universidade do Minho. Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho), com a referência UIDB/00317/2020.

Resumo: Mário Soares exerceu o cargo de Presidente da República entre 1986 e 1995, tendo tido a oportunidade de pronunciar 10 discursos comemorativos do 25 de Abril ao longo dos seus dois mandatos. O presente estudo contextualiza e analisa os traços configuracionais mais relevantes desses discursos, do ponto de vista da Análise do Discurso. Em particular, focaliza a estrutura e o funcionamento dos títulos respetivos, as suas isotopias dominantes, os seus efeitos de discurso mais operativos e, no quadro da sua organização macroestrutural, a exortação final que eles realizam.

Palavras-chave: Mário Soares, 25 de Abril, discurso de comemoração, memória discursiva, exortação

“Éramos infelizmente uma terra de súbditos e não de cidadãos”.

Mário Soares

1. Introdução

A investigadora Maria Aldina Marques (2014), num texto que dá conta de um dos seus estudos do discurso presidencial em Portugal, afirma que “a celebração do 25 de Abril, em sede de Assembleia da República, é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial” (p. 297)¹. De facto, o Presidente da República, no semipresidencial sistema político português, constitui um dos quatro órgãos da soberania (juntamente com a Assembleia da República, o governo e os tribunais), mas o seu poder não é executivo, é sobretudo de fiscalização do funcionamento dos restantes poderes e manifesta-se pela palavra – seja a palavra formal de ratificação ou rejeição dos diplomas emanados da Assembleia ou do governo, seja a palavra persuasiva e influenciadora dos contactos com os restantes órgãos de soberania ou o povo português.

Assim, o presidente exerce um poder que lhe é atribuído predominantemente pelo uso que faz da palavra / dos discursos, falando de um *lugar* institucional singular, que lhe confere uma autoridade formal e institucional, mas, porque exerce a sua magistratura num regime democrático, tem necessária e permanentemente de construir a sua autoridade ética, moral e política através de um fazer discursivo que lhe garanta aceitação, reconhecimento e adesão não só dos restantes poderes políticos, mas também (e, talvez, sobretudo) do povo.

Os momentos em que se dirige ao povo português, seja de forma direta, seja através dos seus representantes eleitos (os deputados da Assembleia da República), assumem particular relevo na construção da sua relação com os portugueses, ou da relação que se estabelecerá entre o povo e o seu primeiro magistrado.

¹ Para a consulta de outros estudos da mesma autora acerca de discursos presidenciais, ver Marques, 2014, 2016, 2017 e 2018.

Assim, para o enquadramento da análise da figuração em causa, há que considerar uma imagem de si (um *ethos*) prévio, ou pré-discursivo, que o presidente projeta, e o *ethos* construído no e pelo discurso (Amossy, 1999, 2010)². Da articulação dos dois resultará, em larga medida, a eficácia do seu discurso e, portanto, a eficácia e o poder da sua ação – sendo que, como é sabido, o Presidente Mário Soares³, cujos discursos em sessões comemorativas do 25 de Abril constituem o objeto do presente estudo, assumiu o propósito e a estratégia de exercer uma *magistratura de influência*, fórmula que dá a ver a sua consciência de limitação de poder ao nível executivo, mas não a renúncia à “força da palavra / o poder do discurso” (para parafrasear Joaquim Fonseca, 1992, num estudo em que sublinha igualmente questões de *ethos* prévio e construído, ainda que prefira falar de “imagem pública que o locutor dá de si” e de “imagem construída no seu discurso”).

Acrescenta Fonseca (1992) que os dados congregados em torno da enunciação e do enunciador, sejam prévios ou construídos no discurso, integram “um universo de saberes, uma enciclopédia, seguramente mais vasta, que o Locutor faz igualmente presidir, de imediato, à produção (e à esperada recepção-interpretação) do seu discurso” (p. 316). Lembra ainda que esta enciclopédia acolhe outros elementos, “nomeadamente o sistema de referências e avaliações que vai ser construído no discurso” (Fonseca 1992, p. 316). Para a presente análise, importa considerar, entre estas referências, as expectativas associadas ao tipo de discursos em causa – discursos de comemoração. De facto, há que sublinhar que os discursos do Presidente Mário Soares em análise são discursos de comemoração proferidos, na sua maioria, na Assembleia da República, em sucessivos aniversários da revolução de 25 de Abril de 1974 – em concreto, entre 1986 e 1995. Enquanto tal, são discursos enformados por dois tipos de contingências fundamentais:

- a) por um lado, trata-se de discursos regidos por regras protocolares próprias, fortemente ritualizados em termos de género, tema, tempo de duração, formas de alocação, etc. Ainda que pertençam ao paradigma dos discursos refletidos, com uma génese escrita, destinam-se a ser apresentados oralmente;

² Para uma análise dos mecanismos de construção dos *ethè* em discursos políticos em Portugal e no Brasil, ver Pita e Pinto, 2014.

³ Mário Soares (7/12/1924-7/1/2017) foi uma das figuras mais marcantes do regime democrático em Portugal. Antes de 1974, foi um dos fundadores do Partido Socialista e destacou-se como opositor ao regime ditatorial. Após o 25 de Abril, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro sem Pasta e Primeiro-Ministro em diversos governos e Presidente da República (1986–1995), entre outras funções políticas ao nível nacional e da União Europeia.

b) por outro lado, são discursos de comemoração, esperando-se que façam o elogio de feitos ou indivíduos tomados como *exemplares*, com as implicações de afirmação de valores e comportamentos (portanto, numa orientação retrospectiva) e de exortação (portanto, numa orientação prospetiva) que a evocação dos exemplos implica. As duas orientações temporais divergentes encontrar-se-ão associadas, respetivamente, a um macroato ilocutório assertivo e a um macroato ilocutório diretivo não impositivo de incitação.

Há ainda que assinalar que, de alguma forma, os discursos de comemoração desempenham também um papel autojustificativo, construindo a história na perspetiva dos detentores do poder, reorganizando a memória coletiva (Ramos, 2014). Ora, no início desta década de mandato presidencial, estavam ainda frescas as cicatrizes do processo de passagem da ditadura à democracia e, aquando do primeiro destes discursos, tinham decorrido menos de quatro meses desde que Portugal aderira formalmente à Comunidade Económica Europeia.

Quanto ao *ethos* prévio do locutor, assinale-se que Mário Soares é um dos mais notáveis pais da democracia portuguesa. Atribuem-se-lhe boas ou más decisões, não é possível ignorá-lo na escrita da história do regime democrático nacional. Desempenhou funções na oposição e no governo e, quando terminou os seus dois mandatos presidenciais, continuou a gozar de grande popularidade entre os portugueses. Dele ficou e fica uma imagem de lutador por ideais políticos e sociais, mas também a de bonomia, de empatia e de capacidade discursiva.

Hoje, à distância de três décadas do primeiro discurso, podemos fazer um exercício de explicitação das nossas próprias expectativas acerca da sua organização textual, dos seus objetivos pragmáticos e da construção dos seus objetos discursivos. E não seria completamente insensato esperar que estes discursos cantassem ainda com emoção recente o “dia inicial inteiro e limpo” que Sophia de Mello Breyner Andresen assim retratou. A análise, contudo, viria a revelar algo ligeiramente diferente, como se mostrará abaixo.

O reconhecimento da importância destes discursos parece justificar, então, a sua análise profunda e sistemática. Os instrumentos que dominamos (e que consideramos adequados a tal empresa) são os de uma abordagem discursiva, em rigor uma abordagem pragmático-enunciativa e, portanto, são esses que empregaremos no presente estudo.

2. Corpus e metodologia

O *corpus* de análise é constituído pelos discursos que o Presidente da República, Mário Soares, proferiu nas cerimónias de comemoração do 25 de Abril, durante os seus dois mandatos, ou seja, entre 1986 e 1995, tal como foram registados e se encontram disponíveis no arquivo da Biblioteca da Presidência da República.

A análise desses discursos assume-se como discursiva, portanto construída sobre uma abordagem qualitativa, predominantemente numa linha específica pragmático-enunciativa. Procura identificar as isotopias dominantes e os mecanismos discursivos que permitem construir um *ethos* que valide os macroatos ilocutórios realizados. Para o efeito, seleciona aspetos relevantes da construção dos discursos: os títulos respetivos, as isotopias mais relevantes e alguns efeitos de discurso mais produtivos.

3. Evidências

3.1. Os títulos

Todos os discursos, tal como foram registados e se encontram disponíveis no acervo da Biblioteca da Presidência da República, apresentam um título. Tenham-no ostentado desde a criação ou não, tenha ele sido anunciado no momento da respetiva alocução pública ou não, na leitura que hoje pode realizar-se, o título assume uma função cognitiva básica, um papel catafórico de anúncio do rumo discursivo do corpo do texto. Definindo o seu tópico geral, ou a linha de desenvolvimento mais saliente, o título constitui uma contextualização semântica preliminar e ativa um conjunto de pressupostos que, em conjunto com outras condições contextuais, balizarão a leitura do texto.

São os seguintes os títulos dos discursos em análise:

- 1986: Um futuro de esperança
- 1987: Um país de todos os portugueses
- 1988: Desenvolvimento ao serviço de todos
- 1989: Um país seguro da sua identidade
- 1990: Uma revolução precursora
- 1991: Não banalizar a revolução
- 1992: O 25 de Abril, a liberdade e o mar

- 1993: Fidelidade do 25 de Abril
- 1994: Uma revolução pioneira
- 1995: Uma visão atual da democracia

Como pode verificar-se, os discursos dos primeiros quatro anos do primeiro mandato não anunciam, no título respetivo, que celebram a revolução. Em vez disso, afirmam atitudes ou valores que o presidente parece querer partilhar com os portugueses (a esperança, a igualdade, o desenvolvimento, a identidade nacional). Só a partir do quinto discurso, o último do primeiro mandato, a revolução marca presença no título, para assim se manter até ao nono e voltar a desaparecer no décimo e último discurso.

Entre os títulos que remetem expressamente para a revolução, dois constituem aproximadamente uma paráfrase um do outro: “Uma revolução precursora” e “Uma revolução pioneira”, respetivamente de 1990 e de 1994. Em ambos os casos, o semantismo dos adjetivos empregados incorpora uma orientação prospetiva, de anúncio de algo que se segue e uma configuração de um evento em larga medida em função do que se lhe seguiria, implicitamente evocando outros eventos de alguma forma associados, ou inscritos numa linha de coerência com o referenciado. E, se o adjetivo “precursora” não marca necessariamente uma avaliação positiva dos estados de coisas, seja dos explicitamente evocados pelo nome que constitui o núcleo do sintagma, seja dos implicitamente evocados pelo semantismo do adjetivo, no caso de “pioneira” parece haver obrigatoriamente uma avaliação positiva de uns e outros.

A avaliação positiva dos estados de coisas é identificável também no título do primeiro discurso, mas percorre-o um traço disfórico na sua avaliação do presente: se o futuro é de esperança, então será legítimo deduzir que o presente difere dos estados de coisas positivamente conotados e situados hipoteticamente num momento de tempo ainda não vivido. O título parece anunciar que o texto realizará, de alguma forma, um macroato ilocutório promissivo, em que o presidente assume adotar uma determinada atitude para trazer aos portugueses estados de coisas mais favoráveis do que os contemporâneos, ou um ato ilocutório expressivo de crença num futuro melhor, caso em que não haverá um compromisso do presidente com a realização de atos futuros. Os títulos do segundo e do terceiro discursos apresentam o traço comum de evocarem a igualdade entre os indivíduos: “Um país de todos os portugueses” (1987) e “Desenvolvimento ao serviço de todos [os portugueses]” (1988). Para além do valor da igualdade, um outro valor do ideário republicano e socialista (moderno e moderado)

subjaz a esta formulação: a valorização do indivíduo, em detrimento de uma eventual massificação pela valorização exclusiva do país, do Estado, da nação, da sociedade, do partido ou de ideais vagos. A par dele, e como já se manifestara no título do primeiro discurso, há um tom esperançoso e desenvolvimentista.

O título do quarto discurso, “Um país seguro da sua identidade” (1989), por seu lado, assume uma orientação presente-passado, fruto do semantismo de “identidade” (que remete para o que o país sente ser, construído sobre aquilo que foi). Além disso, parece anunciar mais a configuração do “país”, do todo nacional, do que dos indivíduos. À semelhança do que acontece com o título do último discurso do primeiro mandato (de 1990), quatro dos títulos dos discursos do segundo mandato fazem referência explícita ao 25 de Abril (1991 a 1994). O primeiro deles, “Não banalizar a revolução”, opera um ato ilocutório diretivo não impositivo de advertência e de crítica, pelo uso do advérbio “não” e pelo implícito por ele carregado. O ato ilocutório só será feliz se assumir, como condição prévia, que há alguém que banaliza, ou pretende banalizar, ou corre o risco de banalizar a revolução. A formulação com o verbo no infinitivo vale por realizar uma frase com verbo no imperativo e corresponde a um enunciado de valor diretivo, sendo parafraaseável por “não banalizem a revolução”. Ainda assim, e como assinala Marques (2014), a formulação adotada, apagando da superfície frásica o agente (neste caso, da “banalização”), permite a construção dos atos de advertência e de crítica sem destinatário identificado, preservando a imagem destes e, concomitantemente, reforçando a imagem de homem magnânimo associada ao locutor.

Este será, apesar dessas estratégias de mitigação, o título que manifesta mais visivelmente o atrito das relações sociais e políticas, já que os restantes tendem a ser mais consensuais ou de liderança global.

O título “Uma visão atual da democracia” (1995), encabeçando o último discurso comemorativo do 25 de Abril que Mário Soares proferiria como Presidente da República, anuncia uma visão retrospectiva e uma apresentação do estado de coisas, de alguma forma evocando o modelo da conclusão que reflete sobre o trabalho desenvolvido. A consciência de fim de ciclo poderá ter influenciado o que o presidente tinha a dizer aos portugueses e este título manifesta-o eloquentemente.

3.2. Isotopias dominantes nos discursos

3.2.1. A evocação dos valores

a) O equilíbrio entre o Estado e o mercado

Do *ethos* pré-discursivo de Mário Soares faz parte a sua história pessoal de vida, no que é relevante para aferir do perfil do Presidente da República: republicano assumido, agnóstico, opositor ao Estado Novo, defensor do regime democrático, cofundador e dirigente histórico do Partido Socialista. Contudo, longe de serem inflamadamente de esquerda e perturbadoramente fraturantes, os seus discursos defendem valores, assim como um tipo de organização social, razoavelmente pacíficos na sociedade portuguesa, inclusivamente para aqueles que se situam politicamente à sua direita – o que será coerente com o seu desejo expresso de assumir o papel de “presidente de todos os portugueses”. Constrói, desta forma, um *ethos* de líder moderado e sensato, o que é favorável à intensificação e à extensificação do poder mobilizador da sua palavra.

Tal posicionamento é visível, por exemplo, na defesa da iniciativa privada e do direito à diferença, e do papel do Estado predominantemente com uma função de regulação, e não de coletivização da economia, de negação do individualismo ou de planificação social estrita:

- (1) Obviamente que o estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na proteção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projetos inovadores [...]. Mas não tem, quanto a mim, de se substituir à imaginação, ao espírito de empresa ou à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade. (Mário Soares, 1986)
- (2) As sociedades modernas, culturalmente diversas, respeitadoras dos direitos individuais e das diferenças, traduzem a sua vitalidade na capacidade que revelam de tornar os seus membros sujeitos do seu próprio destino e da sua própria felicidade individual. Os cidadãos, para o serem completamente, têm de ser participantes activos e responsáveis pela vida da comunidade e solidários, ao mesmo tempo, com as nobres causas de além-fronteiras. (Mário Soares, 1987)

- (3) Saibamos criar uma verdadeira sociedade de cidadãos, sem subserviência nem medo. Uma sociedade de livre iniciativa, concerteza [sic], mas impregnada por preocupações de justiça social. (Mário Soares, 1991)

No excerto (1), o “não” polémico que pontua o início da segunda frase convida um outro enunciador, do qual o presidente se afasta explicitamente. Nesse processo, ele reconhece e recorda que há forças ou vozes (representadas por esse enunciador convocado para o discurso presidencial) na sociedade portuguesa e na política nacional que advogariam que o Estado deve substitui-se “à imaginação, ao espírito de empresa ou à livre iniciativa dos cidadãos”. Negando tal possibilidade, assumindo inequivocamente que se trata da sua opinião através do mecanismo de alocação de opinião “quanto a mim”, o presidente afasta-se das posições mais à esquerda no espectro político.

Contudo, defendendo a iniciativa privada e a economia de mercado, valores tipicamente de direita, Mário Soares não deixa de condenar o que mais modernamente é chamado “capitalismo selvagem”, afirmando a necessidade de equilíbrio e justiça social, de proteção dos mais desfavorecidos – não só no final do excerto (3), mas também, por exemplo, nos seguintes:

- (4) Não podemos [...] perder de vista que o indispensável desenvolvimento tem de ter uma verdadeira dimensão social – condição imprescindível de sucesso – [...] do mesmo passo que deve basear-se na solidariedade para com os portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente. (Mário Soares, 1988)
- (5) Aos modelos cada vez mais questionados do economicismo, do monetarismo e do consumismo – que chegaram a ter grande voga nos anos oitenta – importa hoje sobrepor os ideais humanistas que estão no cerne da identidade e que são os únicos que podem dar um sentido de futuro ao projecto europeu, tornando-o uma referência universal. (Mário Soares, 1993)
- (6) Não há desenvolvimento sustentado com exclusão social, marginalização dos imigrantes, enormes bolsas de pobreza e acentuadas assimetrias regionais. (Mário Soares, 1994)

b) Um desenvolvimento sustentável

O excerto (4), ao associar “desenvolvimento” a uma “verdadeira dimensão social”, deixa adivinhar algo que o excerto (6) apresenta de modo explícito: a consonância entre o que Mário Soares anuncia e as propostas de um *desenvolvimento sustentável*. Esta fórmula foi cunhada pelo chamado Relatório Brundtland, em 1987, e adotada pela ONU, e articula as dimensões económica, social e ambiental naquilo que designa. Mário Soares evoca, no seu discurso de 1988, a questão da harmonização entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, ainda que não o faça nos termos típicos do Relatório Brundtland:

(7) Urge, pois, que saibamos decifrar os novos sinais do tempo e que participemos activamente na defesa das grandes causas, as únicas capazes de mobilizar hoje a Humanidade: a paz, a preservação do ambiente, o equilíbrio paisagístico e urbano, a humanização da vida quotidiana, a defesa do património artístico e histórico, a qualidade de vida. (Mário Soares, 1988)

Mário Soares também usa uma fórmula ligeiramente diferente no excerto (6), recorrendo ao adjetivo “sustentado” em vez do original “sustentável”, com as naturais diferenças semânticas associadas às duas formas⁴.

O valor da preservação ambiental, explicitamente inscrita no quadro do desenvolvimento sustentável ou não, emerge igualmente nos discursos de 1989, 1990, 1991, 1993 e 1994.

c) A proteção dos mais fragilizados

Retomando o excerto (4) e a exortação à defesa dos “portugueses mais pobres e menos preparados profissionalmente”, há que assinalar que é exatamente na sequência de um segmento em que defende a proteção dos mais desfavorecidos que Mário Soares cita, de alguma forma inesperadamente (tendo em conta o seu *ethos* prévio), o Papa João Paulo II:

(8) É essa, aliás, a preocupação expressa apelo Papa João Paulo II, na sua Carta-Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, ao afirmar que «a

⁴ Esta variação de fórmula é frequente no discurso político português. Para a sua análise, assim como para a análise mais alargada da interdiscursividade entre discurso ambiental e o discurso político no cenário da vida pública portuguesa, ver Ramos (2017).

solidariedade é o caminho para o desenvolvimento» e que «a solidariedade ajuda-nos a ver o *outro* – pessoa, povo ou nação – não como instrumento qualquer, de que se exploram, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, abandonando-o quando já não serve; mas, sim, como nosso-semelhante». (Mário Soares, 1988)

Ainda assim, a citação, apesar do uso de aspas, não é rigorosa no retomar do texto original, ligeiramente diferente; e, sobretudo, ignora a conclusão à qual o parágrafo citado conduz na encíclica papal: “a importância de despertar a *consciência religiosa* dos homens e dos povos” (João Paulo II, 1987). Neste aspeto, o discurso de Mário Soares poderia ser acusado de ser manipulativo.

d) *Os valores republicanos*

Na “*religião republicana e laica*” soarista, outros valores marcam o discurso do presidente. Entre os mais recorrentes, contam-se os valores da República e é mesmo feita evocação explícita da Revolução Francesa, apontada como precursora da revolução portuguesa:

- (9) O 25 de Abril terá sido, porventura, das derradeiras revoluções europeias de um ciclo iniciado há 200 anos com a grande Revolução Francesa. Também ele foi feito em nome da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do inalienável direito dos homens a tornarem-se cidadãos e a decidirem sobre o seu destino colectivo, como Nação. (Mário Soares, 1989)

O termo “cidadão”, com todo o historial que convoca, é frequente nos discursos do presidente, e os valores herdados da Revolução Francesa, com matizes atuais, são evocados em todos os discursos. Destes usos do lexema “cidadão”, vale a pena reter o seguinte:

- (10) Éramos infelizmente uma terra de súbditos e não de cidadãos. (Mário Soares, 1987)

Neste segmento, o contraste entre o semantismo de “súbdito”, submisso, dependente, devedor de obediência, e o de “cidadão”, indivíduo ativa e voluntariamente participante num grupo, pleno de direitos e responsabilidades individuais, senhor do seu destino, apresenta-se altamente produtivo na

construção da ideia de contraste entre o Estado Novo e o regime democrático. O paralelismo entre o regime monárquico francês, onde de facto existiam súbditos, e a ditadura portuguesa, assim como entre a República de cidadãos e a democracia, é evidente.

Habitualmente, dois dos ideais-chave da Revolução Francesa encontram-se expressamente presentes (liberdade e igualdade) e um deles, a fraternidade, é substituído nas alocações presidenciais pelo seu quase sinónimo *solidariedade*:

- (11) *A República moderna* que estamos a construir desde o 25 de Abril assenta na liberdade, no desenvolvimento, na igualdade de direitos e de oportunidades, na justiça social, no direito à diferença, no reconhecimento da qualidade e do mérito e na solidariedade para com os mais pobres e esquecidos. (Mário Soares, 1988)
- (12) Liberdade, igualdade, segurança, prosperidade, concórdia nacional e bem-estar são princípios e objectivos que só poderemos salvar e alcançar no quadro de uma democracia desenvolvida. (Mário Soares, 1989)
- (13) Temos urgentemente de regressar à honradez republicana e à disciplina das virtudes cívicas no cumprimento das funções públicas, que devem ser das mais nobres e dignificadas da vida colectiva. (Mário Soares, 1995)

Os valores evocados por Mário Soares são, assim, pacíficos e transversais à sociedade portuguesa. A sua afirmação ganha a capacidade de afirmar o presidente como representante legítimo de todos os portugueses e reforça intensamente a imagem de estadista que se espera encontrar associada ao Presidente da República.

3.2.2. A preservação da memória

Os primeiros discursos em análise fazem a evocação da revolução, aparentemente sem que o presidente sinta a necessidade de a descrever nos seus passos históricos – o locutor limita-se a evocar breve e economicamente os acontecimentos e a sublinhar o seu valor simbólico, político e social. Chega até a afirmar que o 25 de Abril está vivo e dispensaria mesmo os rituais:

- (14) A mais grata afirmação que se pode fazer, neste dia em que se cumprem catorze anos sobre o reencontro de Portugal com a Liberdade, é a de que o 25 de Abril não é uma efeméride do passado, que careça de ser ressuscitada ritualmente em cada aniversário, mas antes um ideal que se mantém vivo e actuante na consciência dos Portugueses e a que a grande maioria continua indelevelmente fiel. (Mário Soares, 1988)

Contudo, com o passar do tempo, em particular nos discursos do segundo mandato e dirigindo-se especialmente aos jovens, o presidente assume a necessidade de lhes transmitir o conhecimento do que representou o 25 de Abril e, de alguma forma, de os fazer comungar da energia libertadora e criativa que a revolução representou, para que os seus ideais sejam adotados pelas novas gerações:

- (15) Aos jovens que, entretanto, nasceram não lhes foi dado, naturalmente, viver a intensidade desse tempo. É nosso dever transmitir-lhes o testemunho da nossa experiência, dar-lhes a conhecer o significado do 25 de Abril, ensinar-lhes como a força criadora da liberdade transformou Portugal e nos permitiu ultrapassar tantos momentos difíceis. (Mário Soares, 1993)

A diferença cronológica entre os discursos de onde os dois últimos excertos foram retirados é de cinco anos e a mudança de avaliação dos estados de coisas é notória. Há, assim, uma percepção de que é necessário preservar a memória, para que perdure e as vitórias da liberdade não se percam na voragem do tempo. Naturalmente, qualquer evocação da história constitui, afinal, uma reescrita, uma interpretação mais ou menos pessoal.

A evocação do 25 de Abril elaborada pelo presidente constitui, antes de mais, uma oportunidade de viver, no presente, as possibilidades que a revolução criou e focalizar o futuro, e não uma lamúria nostálgica dos dias de efervescência revolucionária:

- (16) É por isso que tenho sempre defendido que as comemorações do 25 de Abril, dia da liberdade, deveriam ter um carácter fundamentalmente prospectivo – e não passadista – voltando-se resolutamente para a invenção do futuro. (Mário Soares, 1990)

- (17) Esta é, quanto a mim, a mais sólida garantia de que as celebrações não terão um carácter passadista, mas, pelo contrário,

constituem a plena demonstração de que o espírito do 25 de Abril está vivo. (Mário Soares, 1994)

Ainda quanto à preservação da memória, é do passado coletivo e de uma certa ideia de grandeza e vocação universalista que Mário Soares fala sempre que perspetiva a identidade nacional. Não se alonga em elaborações sobre o passado histórico, antes faz alusões muito breves, dando a ver as coisas e os seus estados como partilhados com o alocutário:

- (18) A nossa vocação universalista, que sempre nos singularizou, ao longo dos séculos, confere-nos uma especial responsabilidade num mundo que não tem alternativa para além da paz. (Mário Soares, 1987)
- (19) Creio, sinceramente, que Portugal, fiel à sua vocação humanista e ao universalismo da sua cultura, saberá estar, neste tempo decisivo, à altura do seu destino nacional e do importante papel que lhe cabe no mundo moderno. (Mário Soares, 1988)
- (20) [...] que faz de Portugal – nação multissecular, pioneira na descoberta do vasto mundo – um interlocutor hoje indispensável. (Mário Soares, 1989)

Em ambos os casos – seja evocando os acontecimentos diretamente associados ao 25 de Abril de 1974, seja aludindo a eventos ou ao período histórico para os quais remete uma certa memória construída de grandeza nacional – o presidente edifica uma imagem de guardião da memória e da identidade coletiva, estratégia fundamental para a aquisição da credibilidade que lhe permitirá realizar os múltiplos atos ilocutórios de exortação dirigidos aos portugueses, de apelo à coragem e à tenacidade no enfrentar dos desafios do futuro.

3.2.3. A exortação aos portugueses

Em todos os discursos, a modalidade deontica, associada ao verbo *dever* ou a outros recursos com valor semelhante (por exemplo, através das opções lexicais do enunciador), marca a sua presença com evidência. Verifica-se, nomeadamente, numa sistemática exortação dirigida aos portugueses, em particular aos jovens. Como foi referido acima, estes são frequentemente configurados como alocutários preferenciais no discurso presidencial, ou seja, são diretamente referenciados. Não só com a justificação já assinalada

(dar-lhes a conhecer os valores que nortearam o 25 de Abril, partilhar com eles a experiência que os mais velhos testemunham, tanto da opressão e da vergonha durante o Estado Novo, como da liberdade e do orgulho de construir uma sociedade nova durante o período democrático), mas também de forma menos linear: a eles o presidente associa frequentemente a educação, a ciência e a cultura, numa espécie de deslizamento conceptual:

- (21) Nesse sentido, torna-se urgente fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe; e a criatividade e o pluralismo, à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito colectivo especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional. (Mário Soares, 1986)
- (22) Temos de nos saber elevar à altura das grandes preocupações e desígnios do momento histórico de viragem que vivemos. [...]. De apostar nos jovens, na sua educação e formação profissional e cívica. De dar à Cultura e à Ciência – sem hesitações – o lugar ímpar a que têm direito. (Mário Soares, 1993)
- (23) A valorização da gente portuguesa continua a ser o primeiro e o mais decisivo desses combates. Devemos, por isso, apostar na educação, na ciência, na cultura, na formação profissional. (Mário Soares 1994)

Desta forma, no discurso presidencial, compõem o mesmo *frame* os jovens, a educação, a ciência e a cultura. Estas podem ser vistas como dissociadas, e eventualmente estabelecendo laços de complementaridade com outros âmbitos da sociedade – por exemplo, a ciência pode ser, e é frequentemente, associada à economia, à competitividade, às empresas e ao mundo do trabalho. Mas, aparentemente, não será tanto assim no discurso presidencial, marcado por valores mais humanistas do que economicistas (ainda que haja alguns discursos do presidente onde esta associação é feita). E a própria formação não se restringe à competencialização técnica dos indivíduos, mas integra uma dimensão “cívica” ou ética.

E, como sociedade, “torna-se urgente”, “temos de” ou “devemos” satisfazer esses imperativos de educação e formação dos jovens, respondendo adequadamente aos desafios da democracia, do desenvolvimento, do momento histórico que se vive. O uso frequente da primeira pessoa do plural inclusivo, assumidamente “eu + tu”, congrega na mesma pessoa verbal o locutor e os alocutários, atenuando a força impositiva dos atos ilocutórios diretivos, na medida em que o locutor também assume para si o encargo de cumprir o conteúdo proposicional dos enunciados que concretizam o ato diretivo.

Por outro lado, a exortação à ação deixa de ser justificada pela “simples” vontade do presidente, para ser sustentada em algo que transcende o desejo individual, uma espécie de missão ontológica, republicana e democrática, indelevelmente marcada por uma orientação prospetiva e otimista, como prospetiva e otimista é a expectativa que decorre da formação dos jovens. Esta estratégia credibiliza o locutor, que deixa de falar em nome de si mesmo, para passar a falar em nome desse imperativo que transcende o indivíduo, correspondente ao bem comum.

3.3. Efeitos de discurso

3.3.1. Estratégias de aproximação ao alocutário

a) O uso do “nós” inclusivo

O uso insistente do “nós” inclusivo constitui uma estratégia de aproximação ao alocutário. Marques (2014) afirma que esta estratégia no discurso presidencial permite a construção de uma imagem de solidariedade e lembra que foi Mário Soares que usou como marca de campanha afirmar-se “o presidente de todos os portugueses”.

Este plural congregador surge desde o primeiro discurso do presidente e manifesta-se em todos eles. Para além do que é identificável nos excertos acima, podemos recortar os seguintes, a título de exemplo:

- (24) Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia. [...]. Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que para Portugal começou o futuro – um futuro que queremos de liberdade. (Mário Soares, 1986)

- (25) O tempo que vivemos apresenta-se incerto. Após as grandes transformações que o Mundo sofreu no final da década de oitenta, ainda não conseguimos um novo equilíbrio internacional. (Mário Soares, 1992)

b) A criação de empatia

No excerto (25), a crítica operada (“ainda não conseguimos”) inclui o locutor entre os criticados, contemplando, portanto, aquela uma dimensão de autocrítica, o que colabora na criação de um *ethos* de seriedade e integridade, ao mesmo tempo que convoca a imagem de um homem honesto e franco – características que o autorizam na realização do ato ilocutório de crítica.

A aproximação ao alocutário manifesta-se igualmente na expressão de emoção e de empatia. Mesmo mantendo o seu estatuto e o seu espaço formal e institucional, o presidente manifesta-se homem, mostra preferências, assume erros, irmana-se com os portugueses. O segmento apresentado em (25), acima, assumindo um relativo insucesso, contribui para a criação desse efeito. Outros podem ser exemplificados pelos excertos seguintes:

- (26) A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida. (Mário Soares, 1989)
- (27) [...] soubemos, entretanto, salvaguardar o valor essencial do relacionamento fraterno com as nações africanas que falam a nossa língua, com as quais – e com o nosso tão querido Brasil – estamos a construir, perseverantemente, uma verdadeira Comunidade de língua, de culturas e de afectos. (Mário Soares, 1990)
- (28) Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza: temo que esta celebração ritual, cada ano repetida, longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente – e do que ainda hoje representa – essa manhã heróica da nossa libertação, como Nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a Revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens. (Mário Soares, 1991)

Nestes exemplos, como em muitos outros que os discursos guardam, a emoção pode ser ou não verdadeira, a autocrítica sentida ou puramente retórica, as confissões sinceras ou forjadas. Mas o que é relevante é que a materialidade linguística mostra esses recursos e eles operam no discurso, construindo o *ethos* do enunciador.

c) A evocação da memória interdiscursiva

Finalmente, um outro mecanismo de aproximação ao alocutário reside na evocação de algumas frases feitas e de lugares-comuns, ou de outros enunciadores mais ou menos reconhecidos que constituem garantia de partilha de experiências, interdiscursos, cumplicidades. O presidente cita, de forma por vezes pouco rigorosa mas suficientemente alusiva, outras enunciações, supostamente reconhecíveis pelo alocutário, potenciando a partilha e a proximidade, e favorecendo a adesão daquele aos pontos de vista e à orientação argumentativa do discurso:

- (29) Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objetivos essenciais do estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo» e «elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam». (Mário Soares, 1986)
- (30) Esses momentos irrepetíveis [...] foram fixados para sempre pela arte da grande Vieira da Silva em cartazes que correram mundo, proclamando: «a poesia está na rua», síntese admirável de um acontecimento histórico imperecível: o advento da liberdade para um povo dela privado há quase cinquenta anos. (Mário Soares, 1987)
- (31) Mas se é verdade que a história – como ensinou alguém – «é um processo em constante movimento com um horizonte em expansão, caracterizado pela novidade e pela criação incessante», havemos de reconhecer que o 25 de Abril foi fértil em movimento. (Mário Soares, 1989)
- (32) Parafraseando um grande estadista americano – o Presidente Kennedy –, diria aos Portugueses: não perguntem o que o vosso país pode fazer por vós, perguntem o que todos vós podeis fazer pelo vosso país; não perguntem o que a Europa vai fazer por nós, perguntem o que nós, cidadãos portugueses e europeus,

podemos fazer por Portugal integrado numa Europa capaz de se tornar, cada vez mais, a vanguarda da liberdade, do progresso e do bem-estar. (Mário Soares, 1989)

- (33) Ao comemorar o Dia da Liberdade, convido os portugueses a lançarem um olhar retrospectivo, até 1974, por forma a recuperar a energia criadora desse dia memorável, em que, como então se disse, «a poesia estava na rua»! (Mário Soares, 1993).

O efeito conseguido passará pelo reconhecimento de ideias prévias partilhadas (nomeadamente, através de frases feitas e lugares-comuns), de um espaço de confluência entre o (novo) discurso do locutor e as (velhas) ideias do alocutário. Esse será um passo fundamental para a aceitação das ideias do locutor que, aparentemente, emergem de forma natural e coerente, eventualmente incontornável, de um conjunto de valores e práticas tidos como incontestáveis.

3.3.2. Os contrastes

O discurso de Mário Soares apresenta um outro artifício retórico que consiste na enumeração de pares antonímicos, eficaz para conseguir obter um efeito de intensificação de realidades contrastantes e, assim, reforçar o dramatismo, estratégia fortemente operativa na busca de adesão do alocutário à retórica inerente do discurso:

- (34) Ao medo que paralisa devemos responder com a acção que confia. Aos reflexos de isolamento e exclusão com a solidariedade – essa ternura dos povos, como alguém disse – e com generosidade. Ao autoritarismo com o aprofundamento da democracia. À arrogância com o diálogo e a humildade democrática. (Mário Soares, 1993)

Em alguns outros casos, a oposição não decorre de enumerações, mas a justaposição de ideias contrastantes, pelo uso de estruturas frásicas complexas com relações adversativas/concessivas:

- (35) Integrados hoje no Grupo dos países mais desenvolvidos e de maior bem-estar, embora tenhamos a consciência clara de que, entre eles, somos dos mais pobres e carenciados [...]. (Mário Soares, 1991)

- (36) O Mundo mudou muito, desde então. É certo. O passado, de tanto se esfumar, parece confuso. Caíram impérios, desagregaram-se Estados multinacionais, alteraram-se as relações de força no plano internacional, certos mitos, antes dominantes, gastaram-se inexoravelmente. Como certas palavras e algumas ideias. Mas justamente porque vivemos num mundo em acelerada transformação, convulso, desorientado e inseguro, quanto ao futuro, é cada vez mais importante para um Estado-Nação como Portugal, com um alto sentido da sua identidade e da sua história, manter e aprofundar os valores da democracia, do respeito pelos outros, do pluralismo e da participação cívica. (Mário Soares, 1992)
- (37) Temos muitos problemas pela frente e grandes dificuldades a vencer. Mas a verdade é que constituímos um país *em movimento*, com rumo definido, dotado de energia criadora, com gente boa e dinâmica, com capacidade de inovação, que pretende afirmar-se em todos os domínios. (Mário Soares, 1992)

Nos casos exemplificados, a junção ou o alinhamento de realidades contrastantes conferem o dramatismo que potencia a adesão emocional do alocutário, o que mostra que a retórica inerente ao discurso presidencial está longe de ser fria e racional, mas que se socorre, igualmente, da mobilização das emoções do ouvinte/leitor. Não se centra, então, na argumentação, mas na persuasão⁵.

3.3.3. A emergência da oralidade

O discurso de Mário Soares, apesar de se configurar como discurso refletido e de ter uma génese escrita, destina-se originariamente a ser veiculado no modo oral. E inscreve-se na tradição da oratória parlamentar, vivendo (tanto no polo da produção, quanto no polo da receção) da palavra dita. Não será de estranhar, portanto, que manifeste a emergência de marcas de oralidade – não as inúmeras falhas, as reformulações, as pausas vazias ou preenchidas, os bordões que habitam o nosso discurso espontâneo e oral, mas as estruturas paralelísticas ou as repetições, por exemplo, que conferem ritmo, marcam o relevo de cada tópico ou permitem a memorização de

⁵ Para a análise linguística do jogo entre argumentação e persuasão no discurso presidencial (no caso, do Estado Novo), veja-se Aguiar, 2017.

determinados segmentos ou ideias-chave. Os excertos seguintes ilustram algumas dessas estratégias:

- (38) A todos os que tornaram possível o Portugal de hoje, livre e democrático, dirijo, como Presidente da República, uma saudação calorosa e sentida. A todos eles é devida homenagem. Aos jovens e corajosos «capitães de Abril», que derrubaram a mais velha ditadura da Europa. Aos resistentes, que nunca vacilaram perante a repressão e sempre acreditaram no restabelecimento da democracia. Ao Povo anónimo, que nunca aceitou a ditadura e que durante tantos anos sofreu a opressão, na sombra e no silêncio, mas sempre inconformado, e que na Primavera de 1974 veio espontaneamente para a rua aclamar, de travos [sic] na mão, a liberdade reconquistada. A todos aqueles, enfim, que, ao longo destes 15 anos, que hoje se completam, contribuíram para a construção e consolidação da sociedade democrática, aberta, tolerante e pluralista em que hoje vivemos. (Mário Soares, 1989)
- (39) É verdade que subsistem, em Portugal [...] enormes desigualdades e significativas manchas de pobreza. [...].
É verdade que, tal como em muitas outras zonas do globo, conhecemos as ameaças de um desenvolvimento urbano e industrial não controlado [...].
É verdade, também, que a economia portuguesa sofre ainda de uma grande vulnerabilidade estrutural [...].
É verdade, finalmente, que ainda não conseguimos vencer, apesar dos esforços desenvolvidos, a decisiva batalha da educação, da investigação científica e da cultura. (Mário Soares, 1989)

Em ambos os casos, é possível identificar, no texto escrito, um ritmo de elocução, e é fácil seguir a estruturação do discurso, apesar da frase longa, estabelecendo os elos coesivos necessários, mesmo entre itens consideravelmente afastados entre si na organização textual; ou perceber a lógica da repetição, que permite ao ouvinte evocar a informação guardada na memória e mesmo antecipar parte do discurso, o que manifesta o seu envolvimento no processo comunicativo como parte ativa.

3.4. A organização macroestrutural dos discursos: o incitamento final

Todos os discursos, sem exceção, terminam num crescendo emotivo, numa apoteose que realiza um ato ilocutório diretivo não impositivo de exortação / incitamento. Em nove dos dez casos, os verbos com valor imperativo são conjugados num plural que inclui o enunciador, congregando todos os portugueses junto ao seu primeiro magistrado para vencer os desafios do futuro. Mário Soares assume um papel de líder, de um líder que se move pelas mais nobre causas e é guiado pelos mais elevados padrões éticos e morais. As linhas de desenvolvimento dos discursos conduzem necessariamente a estes momentos de grande efeito retórico, marcados pela esperança e pela configuração eufórica dos portugueses, dos seus feitos passados, da sua identidade e das suas possibilidades de sucesso futuro. Servem de exemplo os parágrafos finais do primeiro e do último dos discursos analisados:

(40) O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser português. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco – saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade. (Mário Soares, 1986)

(41) Invocando o 25 de Abril, mas a pensar no futuro, dirijo-me a todos os portugueses – através de vós, Senhores Deputados, seus legítimos representantes – incitando-os a que continuem e aprofundem o combate por um Portugal mais livre, mais solidário e mais justo. Não há nada mais nobre e mais gratificante do que lutar por um ideal, desinteressadamente. (Mário Soares, 1995)

Nos dois casos que servem de exemplo, a alusão explícita ao 25 de Abril serve para lançar um olhar prospetivo e otimista, configurando a revolução como passo inicial de uma caminhada feliz. Os valores defendidos pelo presidente estão presentes de forma direta e indireta, sinteticamente apresentados e evocados. E essa evocação colabora na construção do *ethos* presidencial, como referência primeira da ação política e da construção de uma sociedade livre, de homens livres. Os discursos de Mário Soares terminam, então, com atos ilocutórios diretivos não impositivos, o que pode levar a entendê-los, na sua globalidade, como realizando, efetivamente, macroatos ilocutórios deste tipo, que se sobrepõem a outros atos secundários ou locais.

4. Notas finais

De forma breve, pode afirmar-se que os discursos comemorativos do 25 de Abril de 1974 do Presidente Mário Soares são discursos persuasivos, fortemente marcados por modalidade deôntica. O enunciador usa um conjunto de argumentos que se repetem em cada nova enunciação, mas também o apelo à emoção, com estratégias várias para envolver afetivamente o seu alocutário.

A modalidade deôntica e os atos ilocutórios diretivos realizados encontram fundamento e justificação nos valores partilhados na sociedade portuguesa – a liberdade, a igualdade, a solidariedade, o humanismo, a livre iniciativa, o direito à propriedade privada. Mário Soares assume-se como defensor desses valores, que associa estreitamente ao 25 de Abril. Do seu ponto de vista, são valores progressistas, pelos quais vale a pena lutar, e que poderão tornar a sociedade nacional mais justa e próspera. São valores de que os portugueses se podem orgulhar, que os harmonizam com o resto do mundo “civilizado”.

Assim, os discursos presidenciais constroem uma visão otimista do Portugal democrático, otimismo alicerçado no modelo político e social que a liberdade veio permitir. Tal otimismo não se esgota no presente, mas tem uma orientação prospetiva forte, o que é compatível com o sentimento de esperança no futuro – no que os portugueses conseguirão fazer no futuro, mais próximo ou mais longínquo. Ainda que sejam discursos de comemoração (e, portanto, tipicamente virados para o passado), a sua orientação prospetiva é forte e operante na construção das suas linhas de desenvolvimento.

Acresce que a referida visão otimista, resultante dos valores adotados e das práticas políticas e sociais vigentes, contrasta violentamente com os estados de coisas anteriores à revolução, e brevemente evocados nos discursos do presidente. Sem esses valores progressistas e com práticas políticas e sociais repressoras, sem liberdade, sem igualdade, sem humanidade, não seria possível ter esperança no futuro, não seria possível ter a ambição de construir um país que reconciliasse os portugueses com a sua história feita e a fazer. Encontra-se aqui, portanto, uma justificação para a realização da revolução – ou mesmo a expressão implícita da necessidade imperiosa de uma revolução.

É esta visão dos estados de coisas que justifica a presença sistemática de um grupo de destinatários bem recortado nos discursos presidenciais – os

jovens. Em larga medida, a rememoração do 25 de Abril destina-se a eles, como oportunidade pedagógica, para lembrar e ensinar o seu valor e os seus ideais, mas também a referida orientação prospetiva e programática, como incremento e louvor da ambição de construir um futuro de esperança.

Nos discursos em análise, o enunciador constrói para si uma imagem de homem equilibrado, sensato, com forte sentido ético, consciente dos problemas, mas com esperança de os ultrapassar. A consciência dos problemas, manifestada no seu elencar, contribui para alcançar a necessária credibilização/autorização para realizar atos diretivos não impositivos de exortação à ação. A afirmação da esperança e a partilha das dificuldades e dos ideais com os portugueses, com os quais se irmana sistematicamente, dão-lhe o estatuto de líder. E assim, pela palavra pública, Mário Soares reforça a sua legitimidade para exercer o mandato de Presidente.

Referências

Aguiar, M. (2017). Manipulação nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo: estratégias discursivas e manipulatórias. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 6, 12-36. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15717.pdf>

Amossy, R. (1999). *Images de soi dans le discours*. Delachaux et Niesté.

Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Presses Universitaires de France.

Fonseca, J. (1992). 'Elogio do sucesso': a força da palavra / o poder do discurso. In *Linguística e Texto/ Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação* (pp. 315-375). Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Universidade de Nice.

João Paulo II (1987). Carta Enc. *Sollicitudo Rei Socialis* (30 de dezembro de 1987). Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html

Marques, M. A. (2014). *Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. Forma Breve*, 11, 297-311.

Marques, M. A. (2016). Discours présidentiels au Portugal. Un regard pluridisciplinaire. *Mots. Les langages du politique*, 112 (*Discours présidentiels et de présidentielles*), 125-132. Disponível em https://journals.openedition.org/mots/22534#xd_co_f=ZTQzY2Q1YjYtNTU5Yi00ZDg3LTg4YzctNmFhZmUxMDg2N2Mx~org%2f22534^{http://mots.revues.org/22534}

Marques, M. A. (2017). Approximation, force argumentative et deixis personnelle dans les discours politiques de commémoration. In Carreira, M. H. & Teletin, A. (Eds.), *Travaux et documents*, 62 (*La deixis et son expression dans les langues romanes*) (pp. 67-80). Université Paris 8.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 7, 122-143. Disponível em <http://ojs.lettras.up.pt/index.php/re/article/view/5210>

Pita, S. & Pinto, R. (2014). Construção dos ethè em discursos políticos em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 3, 126-154. Disponível em <http://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/12966.pdf>

Ramos, R. (2014). O discurso da liberdade na pós-revolução. Análise de um discurso comemorativo do 25 de Abril em 1977. *Forma Breve*, 11, 273-295.

Ramos, R. (2017). O interdiscurso ambiental no discurso político contemporâneo em Portugal. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem*, 3(2), 69-84.

Ramos, R. (2019). Discursos do Presidente Mário Soares nas comemorações do 25 de Abril (1986-1995). In Marques, M. A. & Sánchez Rei, X. M. (Eds.), *Estudos atuais de linguística galego-portuguesa* (pp. 185-210). Edicións Laiovento.